
O esporte como pauta da imprensa feminista no Brasil: uma análise do jornal *Mulherio* (1981-1989)¹

Carolina Bortoleto FIRMINO²

Érika Alfaro de ARAÚJO³

Mauro de Souza VENTURA⁴

Universidade Estadual Paulista, Bauru, SP

RESUMO

Este artigo pretende discutir de que maneira o esporte se tornou pauta da imprensa feminista brasileira em seus anos iniciais, promovendo articulações com o movimento feminista nacional e destacando os jornais pioneiros desse segmento, bem como contextualizando a relação das mulheres com a prática esportiva no país. Para isso, selecionamos o jornal *Mulherio*, lançado em 1981. Por meio dos procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo, no aprofundamos nas cinco reportagens encontradas. Assim, foi possível observar que o fato de o jornal ser publicado em período mais próximo do processo de redemocratização possibilitou a presença da temática nas publicações, que, entre outros aspectos, se posicionavam a favor da participação feminina nos diversos espaços do campo esportivo.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa feminista; feminismo brasileiro; esporte; esporte feminino; *Mulherio*.

INTRODUÇÃO

A madrugada do dia 31 de março de 1964 ficou marcada na história do Brasil pelo golpe militar que deu início ao regime autoritário e nacionalista que duraria até 1985. Embora movimentos populares e sindicais tenham enfrentado diversas perseguições nesse período, articulações entre representantes de diferentes classes sociais e ideologias eram uma realidade desde o final da década de 1940, pedindo por melhorias em postos de saúde, creches, escolas e serviços públicos em geral (PINTO, 2003). Nesse contexto, observa-se que o feminismo, em países como o Brasil,

não pode escapar dessa dupla face do problema: por um lado, se organiza a partir do reconhecimento de que ser mulher, tanto no espaço público como privado, acarreta consequências definitivas para a vida e que, portanto, há uma luta

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Esporte, XXIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista e Doutora em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus Bauru – SP, Brasil. E-mail: carolina.bfirmino@gmail.com.

³ Jornalista e Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, campus Bauru – SP, Brasil. Desenvolve pesquisa com auxílio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2022/00984-0. E-mail: eriikaalfaro@gmail.com

⁴ Jornalista, Livre-docente em Jornalismo e professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), e-mail: ms.ventura@unesp.br

específica, a da transformação das relações de gênero. Por outro lado, há uma consciência muito clara por parte dos grupos organizados de que existe no Brasil uma grande questão: a fome, a miséria, enfim, a desigualdade social, e que este não é um problema que pode ficar de fora de qualquer luta específica (PINTO, 2003, p. 45).

Céli Pinto (2003) determina que essa circunstância é responsável por dois cenários diferentes: o primeiro tende a incluir tais problemáticas como parte do contexto da desigualdade como um todo – comum nos partidos de esquerda –, enquanto o outro reconhece as proporções que essa desigualdade no interior dos movimentos quando se têm mulheres pobres, negras, sem-terra ao lado de ricas e intelectualizadas.

Conforme aponta Viviane Freitas (2018), foi justamente durante a ditadura militar, nos anos 1970, que as manifestações do feminismo de segunda onda surgiram no Brasil e ampliaram as discussões para questões como sexualidade, direitos reprodutivos, mercado de trabalho e violência doméstica. Assim, muitas pessoas que seguiram para o exílio em função da perseguição do regime estavam em Paris, onde o contexto da luta por liberdades individuais exercia forte influência, além da revolução cultural que colocava em xeque padrões, hierarquias e velhos costumes naturalizados.

Neste cenário, surgiu o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris (1975-1979), que foi uma das mais importantes representações do ideário feminista da época: um movimento que via a luta de classes e a luta pela autonomia das mulheres como duas questões distintas. De acordo com Pinto (2003), o Círculo se apresentava como um espaço público de reflexão e se organizava por meio de comissões e assembleias para aumentar o número de participantes, entrar em contato com outros grupos e manter um intercâmbio político e cultural com o Brasil. Porém, havia ainda um olhar inquisidor sobre o que fugisse da busca pela redemocratização do país, pois,

ao mesmo tempo em que se organizava em defesa da especificidade da condição da mulher, estabelecia uma profunda ligação com a luta contra a ditadura militar. Isso desembocou em um tensionamento permanente entre dois vetores: aquele associado às lutas que davam ênfase à sexualidade, ao corpo e ao prazer versus aquele outro que priorizava a luta de classes e/ou a luta pela democracia (ESCOSTEGUY, 2016, p. 65).

Não obstante, 1975 foi decisivo para os avanços das pautas feministas: a Organização das Nações Unidas (ONU) institucionalizou que aquele seria o Ano Internacional da Mulher, e que de 1975 a 1985 seria a Década da Mulher, durante a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres, na Cidade do México. Havia uma preocupação em dialogar e traçar estratégias para diminuir as desigualdades e a

discriminação. Além disso, esperava-se conferir à mulher o protagonismo das discussões a respeito de saúde, cidadania, emancipação, direitos reprodutivos, sexualidade e violência. Dessa forma, uma combinação de fatores tornou-se responsável pela retomada de movimentos sociais com diferentes agendas no Brasil.

Era o marco incipiente – embora não seja compreensão unânime – de um feminismo mais plural no Brasil, que até então estava restrito a determinados grupos e ambientes intelectualizados (PINTO, 2003). Nesse cenário, surgiu o Brasil Mulher (1975-1979), considerado o primeiro jornal feminista do país, seguido por outros que incorporavam pautas sobre mulheres, como Nós Mulheres (1976-1978), Mulherio (1981-1989), ChanacomChana (1981-1987) e Nzinga Informativo (1985-1989).

Entre eles, o jornal que se destacou pelo espaço que deu à relação entre gênero e esporte foi o Mulherio, para o qual voltaremos nosso olhar neste artigo⁵. Enquanto assuntos ligados à arte ainda conseguiam pequenas menções, inclusive com páginas reservadas para poemas, a discussão sobre a prática esportiva era raridade nas publicações feministas da época, por mais que estivesse acontecendo em contextos diversos no Brasil – proibição e clandestinidade do futebol de mulheres, expansão das academias e da onda fitness a partir da década de 1970, atletas se destacando nas Olimpíadas e mais. Nos próximos tópicos trataremos do cenário do desenvolvimento simultâneo do movimento feminista e da imprensa feminista no Brasil, destacando características dos jornais supracitados, do esporte entre as mulheres brasileiras e da maneira como o Mulherio abordou o tema em suas reportagens.

IMPrensa FEMINISTA NO BRASIL

O ano de 1975 é marcado pelo nascimento do Brasil Mulher (1975-1979), considerado o primeiro jornal feminista do Brasil, ainda que não haja registro do termo “feminismo” em sua primeira publicação. No artigo “Girse, te espero na próxima assembleia”, a pesquisadora Dulcilia Buitoni (1981/2009) reconhece que esse posicionamento das redatoras “representa um novo tipo de foco narrativo, em que entram dois elementos: o sexo (as emissoras se assumem como mulheres) e o grupo (no fundo, a ideia de união, de pensamento em comum)”. Assim como a mídia alternativa manifestava

⁵ Este trabalho inclui trechos da tese “Gênero e posicionamento no esporte: a noticiabilidade no jornalismo esportivo feminista do Dibradoras”, defendida em 2021 por Carolina Bortoletto Firmino, sob orientação de Mauro de Souza Ventura.

o combate às situações de opressão da época, a imprensa feminista negava a posição de redatora invisível, pois “quem escreve é um grupo de mulheres que fala em ‘nós’” (BUITONI, 1981/2009, p. 125-126).

Em entrevista para Firmino (2021), Maria Amélia de Almeida Teles, militante feminista e membra do Brasil Mulher, afirma que as escolhas editoriais da época visavam alcançar as trabalhadoras e os movimentos populares. Os temas discutidos no jornal, que teve 16 edições regulares e 4 extras, estavam divididos entre luta de classes e luta das mulheres. Naquele momento, não havia uma compreensão predominante do que era ou não feminismo, nem se incorporava – conscientemente, com demarcações – outras categorias de luta. Os textos se voltavam para reflexões como: o que era ser mulher dentro na ditadura? Não ter creche, ganhar um salário menor, sexualidade, carestia, buscar igualdade, conhecer a origem da opressão e outros.

A discussão da prática esportiva – seja a proibição de mulheres no futebol, os preconceitos existentes ou simplesmente a presença nos estádios e vestiários – era restrita aos encontros realizados para a produção do jornal, mas não chegava até ele, lembra Amelinha: “A pauta não cabe, não dá tempo, entendeu? É luxo. Então não era preocupação, embora seja uma necessidade vital. Porque isso é uma coisa vital, como se discutia a música” (TELES, 2019, p. 419 in FIRMINO, 2021).

Em 1976, fundou-se o jornal *Nós Mulheres* – que durou até 1978, com algumas interrupções – inspirado no grupo latino-americano de discussões e reflexões *Nosotras* (1972), liderado pela psicóloga Danda Prado. Buitoni (1981/2009) reforça que o tabloide atuava ao lado de produtos industriais na tentativa de promover a mulher com humanidade e criar identificação com as classes populares. O *Nós Mulheres* (1976-1978) tinha condições financeiras precárias e reunia mulheres, jornalistas ou não, que editavam textos a respeito de problemas femininos em uma linguagem acessível. No primeiro editorial, o posicionamento aparece na abordagem escolhida pelo jornal, na direção contrária da prerrogativa da imparcialidade jornalística e do padrão impessoal:

Desde que nascemos, *Nós Mulheres*, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que *Nós Mulheres* não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa para homem. Os próprios brinquedos da nossa infância já nos preparam para cumprir estas funções, que dizem ser a função natural da mulher: mãe e esposa (NÓS MULHERES, 1976, ed. 1, p. 2).

Neste jornal, o esporte é citado em duas ocasiões, nas quais tece críticas sobre a relação feminina com a modalidade mais popular do país – o futebol. Na primeira

(“mulher na boca do gol”), aborda a paixão da torcedora Elisa pelo Corinthians – mulher negra, pobre e viúva, que começou a acompanhar o time depois que o marido morreu. No texto, lemos: “Dizem que futebol é coisa pra homem. Será mesmo? (...) é muito caro para que marido e mulher possam ir juntos? Ou será porque alguém tem que ficar em casa cuidando das crianças?” (NÓS MULHERES, 1977, ed. 4, p.12). No mesmo raciocínio, o segundo artigo (“isto é coisa de menina”) questiona: “Meninas jogando futebol. Meninos brincando de boneca. Por que não?” (NÓS MULHERES, ed.6, 1977, p.7).

Tanto no Brasil Mulher quanto no Nós Mulheres não houve espaço para tratar do esporte com frequência. Por mais que se entendesse a importância do tema, outras questões precisavam ser discutidas pelas “primeiras feministas”. Por sua vez, o jornal Mulherio (1981-1989) nasceu em um contexto de mudanças e início do processo de abertura política após um longo período de ditadura militar. Sindicatos, associações, novos partidos, organizações não governamentais e outras organizações ganhavam mais representatividade, apesar das dificuldades econômicas e sociais ainda presentes.

Sob a direção da jornalista Adélia Borges e com um extenso conselho editorial, o Mulherio foi lançado em maio-junho de 1981. De acordo com Dulcilia Buitoni (1981/2009), havia a tentativa de inovar no design, nas imagens – com fotos não convencionais, de mulheres marginalizadas, como boias-frias, negras e operárias – e reforçar a posição plural, emancipacionista e contra a ditadura dos modelos veiculados pela mídia. A linguagem escolhida também abandonava a invisibilidade do interlocutor e se colocava como um diálogo entre mulheres. Na primeira edição, o tema central foi o problema do conceito de beleza ideal e a diversidade da mulher brasileira, com uma crítica aos estereótipos e padrões moralmente instituídos. Sobre a relação entre o Mulherio com a pauta esportiva, trataremos mais adiante.

ESPORTE FEMININO

No contexto do século XIX, Davis (2016, p. 17-18) reconhece uma crescente “ideologia da feminilidade”, “que enfatizava o papel das mulheres como mães protetoras, parceiras e donas de casa amáveis para seus maridos” – ideologia esta que afastava as mulheres da ocupação de diversos espaços sociais, incluindo o esporte. Consideradas frágeis, a elas não caberia a competição, a disputa, a performance física e o cansaço.

Já no início do século XX, de acordo com Goellner (2005), o fortalecimento por meio do exercício era uma maneira de preparar as mulheres para uma boa maternidade.

Mas a prática de modalidades como o futebol era desencorajada, tendo em vista que se tratava de um esporte violento e perigoso que não fazia parte das atividades recomendadas para o bem-estar feminino. E foi a partir de uma reação às mulheres que desafiavam tais expectativas de gênero por meio da prática esportiva que, durante a chamada Era Vargas (1930-1945) no Brasil, a regulamentação do esporte foi feita: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”, conforme o decreto de lei 3.199, de 14 de abril de 1941. Além disso, em 1965, com a deliberação número 7, o CND tinha redefinido as diretrizes de regulamentações das entidades esportivas para mulheres e dizia: “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball”. Apenas a partir de 1983, com a regulamentação, elas puderam se reunir legalmente para a prática do futebol.

Assim, o esporte se caracteriza como um dos espaços nos quais a opressão feminina e a desigualdade de gênero se faziam – e se fazem – presentes no Brasil. No momento histórico em que o movimento feminista se consolidava no país, as mulheres eram impedidas de praticar diversas atividades físicas, visto que as modalidades eram julgadas como adequadas ou não para os corpos femininos, segundo regras baseadas nos papéis de gênero definidos por uma sociedade patriarcal. De acordo com Mühlen e Goellner (2012, p. 167), o esporte, como qualquer outra prática cultural, é generificado e generificador:

Ou seja, seu acontecer está perpassado pela (re)produção de masculinidades e feminilidades, e estes marcadores identitários não são neutros nem universais. Ao contrário: constroem-se cotidianamente considerando as representações culturais a eles associadas. São também produzidos por meio de processos de aprendizagem que se fazem presentes nos discursos médicos, familiares, religiosos, pedagógicos, jurídicos e, ainda, naqueles que circulam em diferentes outros meios de comunicação (MÜHLEN E GOELLNER, 2012, p. 167)

Desde a década de 1940 até o fim da de 1970, quando o Brasil enfrentava o regime ditatorial, buscar uma carreira no esporte, jogar futebol ou lutar judô eram mecanismos de resistência para mulheres. “As práticas esportivas seduziam e desafiavam muitas mulheres que, indiferentes às convenções normativas, morais e sociais, aderiram à sua prática” (MOURÃO E MOREL, 2005, p. 77). As autoras apresentam o exemplo de Léa Campos, que se tornou árbitra de futebol quando realizou um curso na escola da Federação Mineira de Futebol. Além de atuar como juíza, Léa jogava bola, motivos pelos quais era constantemente conduzida por policiais à delegacia (o DOPS). Fora dos campos

de futebol, o caso Lea Linhares também é ilustrativo. “Judoca gaúcha com grande projeção da mídia da época, primeira mulher faixa preta no Rio Grande do Sul, não teve seu título reconhecido porque era mulher” (MOURÃO E MOREL, 2005, p. 79). Também no judô, Soraia André participou das Olimpíadas de 1988, quando o esporte ainda tinha a condição de exibição.

O banimento do futebol feminino e de outras modalidades esportivas foi revogado em 1979, assim, enquanto diversas atividades masculinas já avançavam, as mulheres ainda lutavam pelo direito de praticar esportes. Diante disso, muitas reivindicações foram necessárias para que os direitos delas no esporte fossem respeitados. Nesse sentido, os pressupostos do movimento feminista de busca pela equidade entre os gêneros se revela basilar para as ainda atuais batalhas de mulheres por estrutura, profissionalização, igualdade nos pagamentos, visibilidade e legitimidade no campo esportivo.

OBJETIVOS E METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é entender de que maneira o esporte tornou-se pauta da imprensa feminista brasileira em seus anos iniciais. Diante disso, questionamos: se, atualmente, reconhecemos que as lutas feministas permeiam diversos campos e muitos espaços, como a temática esportiva esteve presente nos jornais feministas no período em que a mobilização de mulheres avançava no Brasil e a redemocratização era uma reivindicação das mais urgentes?

Para estudar esse cenário, escolhemos o jornal *Mulherio* e olhamos para as edições 0 a 39⁶, que estão nos acervos digitalizados e disponibilizados pela Fundação Carlos Chagas e pela Biblioteca Nacional. Depois de realizar uma leitura flutuante e procurar nos arquivos as palavras-chave “esporte”, “football”, “futebol”, “atleta” e “prática esportiva”, chegamos às publicações. Por meio dos procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e a partir do *corpus* construído com os textos que resultaram dessa busca (totalizando 10 publicações – 4 notas, 1 indicação de leitura e 5 reportagens), elencamos as categorias analíticas explicadas a seguir (tabela 1) para propor inferências críticas e interpretações em uma análise qualitativa.

⁶ Disponível em: <https://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulherio/> e <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 15 de agosto de 2023

Tabela 1 - Categorias para a análise das publicações

Categorias de análise	Fatores e objetivos
Pautas	Verificar os temas das publicações
Personagens	Identificar as pessoas envolvidas no conteúdo
Características das personagens	Entender a maneira como as mulheres são descritas e retratadas
Formato	Determinar quais formatos jornalísticos são aplicados nas matérias (se são notícias, reportagens, notas, textos opinativos e/ou informativos)
Posicionamento	Apontar se há posicionamento nos textos e explicitar de que forma as perspectivas feministas aparecem

Fonte: elaborada pelos autores (2023)

Das dez publicações encontradas, escolhemos as cinco reportagens para a análise, que estão representadas nas figuras a seguir. A reportagem foi o formato priorizado por se tratar de um texto que exige mais apuração, pesquisa e aprofundamento, além de entendermos que esse tipo de conteúdo favorece o objetivo traçado.

ANÁLISE DAS REPORTAGENS

Entre as dez publicações encontradas no jornal *Mulherio* de 1981 a 1989, tivemos quatro notas (“Fora de campo”, ed. 4, p.23; “Agenda”, ed. 8, p. 23; “Futebol, reduto masculino”, ed. 10, p.23 e “Angélica campeã”, ed. 18, p. 19). As publicações trataram da proibição do futebol feminino, do X Simpósio de Ciências do Esporte, das dificuldades enfrentadas para que elas pudessem participar ativamente do campo esportivo e da vitória de Angélica Almeida na Maratona Internacional de Avon. A indicação de leitura está na edição 24, de 1986, e é do livro “Vida de vôlei”, de Jacqueline Louise Cruz e Silva, que despontou aos 10 anos de idade e foi considerada um prodígio. Ela é descrita como “rainha expulsa do castelo, porque trocou a nobreza e o manto real por uma calça jeans e ideias vanguardistas” (MULHERIO, 1986, p.4-5).

A partir daqui, seguiremos com a análise das cinco reportagens selecionadas conforme o detalhamento feito no tópico anterior e as categorias já estabelecidas.

Figura 1 – “De Atenas a Los Angeles”, jornal Mulherio, ed. 16, p. 14-15 (1984)



Em 1984, durante as Olimpíadas de Londres, pela primeira vez, como mostra a figura 1, o jornal Mulherio trouxe uma reportagem sobre esportes com atletas que se destacavam em algumas modalidades da competição. Maria Isabel Barroso Salgado (vôlei) é apontada como “um dos maiores ídolos” do esporte brasileiro da época, musa e, aos 24 anos, atleta com salário suficiente para viver bem; Hortência Marcari (basquete) é apresentada como “estrela conhecidíssima” de 27 anos da Seleção Brasileira de Basquete que “acha bonito mulher que tem músculo”; e Conceição Aparecida Geremias (heptlato) é reconhecida por seus feitos no esporte (uma das melhores do mundo, com salário e patrocínio), chamada pela revista Placar de “superatleta subdesenvolvida”, sendo ela uma mulher negra.

As atletas aparecem como fontes e personagens da matéria, e tanto suas carreiras quanto trajetórias pessoais e opiniões têm espaço no conteúdo, que ainda traz informações históricas sobre a relação das mulheres com o esporte e com as Olimpíadas. Destaca-se até mesmo Ferenice, que teria se vestido de homem para assistir aos Jogos Olímpicos de 396 a.C. e acompanhar o filho competidor (precisando pedir por sua vida ao ser flagrada em um lugar que não tinha “direito” de estar).

A reportagem “De Atenas a Los Angeles” tem características de texto informativo (reúne dados sobre jogadoras registradas na Federação de Futebol do Rio de Janeiro, por exemplo), mas conta com posicionamento combativo em relação a discursos que colocam em xeque as performances femininas (usa, por exemplo, o argumento defendido no I

Congresso Esportivo Internacional de que o desempenho feminino nos esportes melhora mais depressa do que o masculino; aborda o fato de a medicina esportiva abandonar aos poucos o conceito de “sexo frágil”; cita a performance de atletas menstruadas e mais).

No editorial desta edição, o Mulherio (1981-1989), que voltava a ser publicado após sete meses fora de circulação, deixa clara sua intenção de ampliar os temas presentes no jornal: “Pretendemos tratar de nosso cotidiano, e entrar em áreas que, na imprensa, são quetos masculinos, como a economia, a política, o esporte, a polícia, trazendo para aí a visão específica das mulheres” (MULHERIO, 1984, p.2).

Figura 2 - “As novas mulheres de Atenas”, jornal Mulherio, ed. 21, p. 19 (1985)



O tema volta a aparecer com destaque apenas na edição 21, de 1985, em reportagem escrita por Luciano Borges. No chapéu, lemos “Educação Física” (em vez de Esporte), e já no primeiro parágrafo temos contato com diversas personagens, como Isabel, Hortência, Vera Mossa, Paula, Jaqueline, Patrícia Amorim, Silvana Campos, Esmeralda de Jesus, Jorilda Sabino, Débora Sroure e Conceição Geremias. Elas são descritas como “heroínas do esporte brasileiro nos anos 80”, com as afirmações de que algumas são bem pagas, têm patrocinadores, estrutura de treinamento, possibilidade de dedicação total e reconhecimento nas ruas.

Por outro lado, o texto faz uma crítica às poucas oportunidades e à ausência de incentivo que essas mulheres recebiam no Brasil. Tece críticas sob o subtítulo “Ainda o

país de Pelé” e identifica a participação feminina no ambiente esportivo como uma “Corrida com barreiras”. Além disso, aborda o preconceito sobre os corpos das atletas e a imposição de padrões, questões exemplificadas a partir da história da atleta Conceição Geremias. Recordista sul-americana de heptatlo e 400m com barreira, ela é citada como uma mulher negra que não nasceu socialmente privilegiada, cujo ex-marido exigiu que escolhesse entre ele e os Jogos Olímpicos – o resultado foi a separação do casal.

Figura 3 - "Mulher ainda não entra", jornal Mulherio, ed.29, p. 19 (1987)



A reportagem é escrita pela jornalista Roseli Figueiredo e a pauta trata de um desafio que as mulheres com essa profissão enfrentavam na época – entrar nos vestiários dos jogos de futebol masculino. O texto descreve que Maurão, um "velho e conhecido criador de casos" – quem conta é Flávio Prado, editor de esportes do Jornal da Record –, envolveu-se em uma confusão com a repórter Denise Breuer e seu operador de VT porque eles tentaram entrar no vestiário após uma partida de futebol. A partir daí, narrando o desafio da personagem e fonte Denise, estende-se o conflito para a discussão sobre repórteres mulheres nesse contexto. A frase em destaque na reportagem faz a seguinte reflexão e marca um posicionamento: “A máxima de que futebol é coisa para homem ainda predomina e atinge atividades extrajogos, como a cobertura jornalística. Mas a presença feminina na área, hoje, força a revisão das regras do jogo, apesar de ainda esbarrar em muita ironia e preconceito” (MULHERIO, 1985, p. 14). Ou seja, com as

liberdades democráticas se instalando novamente no país, outras reivindicações, como o espaço feminino no jornalismo esportivo, também ganhavam espaço, ainda que discreto.

Amelinha Teles (2019, p. 419 *in* FIRMINO, 2021) confirma que a diversidade das pautas – incluindo o esporte – cresceu conforme mais mulheres – também diversas – se aproximavam do movimento feminista e incorporavam debates ainda mais plurais. No texto, Roseli relata que a presença feminina na cobertura de futebol era algo que vinha acontecendo há dois anos aproximadamente e que reunia de oito a dez profissionais.

Figura 4 - "Na marca do gol", jornal Mulherio, ed. 36, p. 21 (1988)



Na reportagem “Na marca do gol”, Lia Carneiro escreve sobre a jogadora dinamarquesa que veio jogar no Juventus, time de São Paulo. Naquele momento, a regulamentação da prática havia sido concluída, fazendo com que a realidade fosse bem diferente das décadas anteriores. O texto começa, de maneira irônica, declarando que seria um exagero dizer que Charlotte Suetta está mais “para as passarelas de moda que para os campos de futebol” e segue apresentando a atleta de 19 anos, descrita como bem-humorada. Lia também faz uma crítica ao salário pago pelo clube, pois o considera pouco incentivador no contexto da profissionalização. Já a jogadora relata que, em seu período no Brasil, o objetivo é desfrutar da sua liberdade, pois seu grande sonho é se tornar cirurgiã. Dessa forma, a fonte e personagem da matéria descreve que, no seu país, aos 18 anos, as mulheres podem sair de casa para ter independência, diferente do Brasil, em que “as meninas ficam presas até se casarem, ouvindo tudo o que as mães falam, como não ter relações sexuais antes do casamento”. A entrevista segue trazendo diversas questões

peσοais sobre a atleta, que afirma ser vaidosa, cuidar dos cabelos, não gostar de maquiagem e nem de usar sutiã.

Uma informação compartilhada pela própria jogadora é de que o futebol na Dinamarca e no Brasil aconteciam de maneira semelhante nos anos 1980: “As garotas mais ricas não se interessam por esse tipo de esporte, e aí ele acaba sendo praticado só nas periferias ou nos bairros com maior concentração de operários”. Ao apresentar as opiniões e vivências de Charlotte, o texto não sugere um posicionamento do jornal.

Figura 5 - "Hortênciã: drible na polêmica", jornal Mulherio, ed. 38, p.15 (1988)



Hortênciã: drible na polêmica

Lia Carneiro

Depois de posar para a Playboy, poucas coisas mudaram na vida da jogadora Hortênciã, a não ser na quadra, onde a torcida "não perdoo", mas continua latando as quadras em número mais significativo do que no basquete masculino.

Lia Carneiro à esquerda.

A última reportagem, de 1988, tinha como personagem principal a jogadora Hortênciã, que tinha acabado de posar nua. O texto de Lia Carneiro revela detalhes de uma entrevista realizada na casa da atleta. Conhecemos os seus gostos pessoais (“não come nem salsicha nem linguíça”, adora restaurantes e a agitação de São Paulo), a relação com a torcida (“sempre xingaram”), casamento, a opinião sobre seu temperamento dentro de quadra e o recente trabalho na Playboy (“precisava de alguém ir lá e fazer”). Segundo a reportagem, a melhor maneira de descrever Hortênciã é “imaginar um arremesso – preciso e perfeito – caindo. Trata-se de 1,74m de auto-determinação e 60 quilos de confiança em si própria”. É possível identificar que, ao trazer como pauta o fato de a jogadora ter posado nua, a matéria constantemente insere elementos esportivos com relação à Hortênciã. Embora não apresente um posicionamento editorial, o texto não usa

uma linguagem meramente informativa, mas descritiva e intimista. Ao final, a jornalista afirma que “apesar de se mostrar relativamente hábil politicamente”, Hortência não gosta de falar no assunto e vê os políticos com “falta de postura”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do propósito deste trabalho de entender de que forma o esporte apareceu como pauta na imprensa feminista brasileira em seus anos iniciais no Brasil, do breve quadro contextual exposto e da apresentação do *corpus* selecionado para análise, foi possível chegar a algumas considerações finais.

Sabendo do cenário no qual o jornal Mulherio foi publicado (próximo ao início do processo de abertura e redemocratização do país), entendemos que foi possível abordar o tema de forma mais diversa e aprofundada – embora o esporte, presente em dez publicações, não fosse um dos assuntos mais tratados. Os anos que se seguiram até o final da ditadura militar (1985) revelaram novos rumos para o movimento feminista, que passou a se dividir cada vez mais politicamente e explorar novas pautas, quando também se destacaram grupos envolvidos com temáticas até então não completamente legitimadas, como a violência contra a mulher e os cuidados com a saúde feminina. Houve espaço ainda para o chamado feminismo acadêmico que se ancorava em pesquisas de ciências humanas e educação desenvolvidas nas universidades do país. Nesse sentido, a inserção das discussões sobre a mulher no esporte fez parte de um movimento de expansão de reflexões do jornal no processo de retratar diversos aspectos envolvendo a mulher na sociedade.

Sobre as publicações propriamente ditas, consideramos que algumas características se fizeram predominantes, como: a presença da ironia e adjetivação, o posicionamento a favor de mulheres atuando no esporte, a escolha por pautas que mesclavam críticas, pesquisa de dados, marcação histórica e entretenimento, o uso de imagens não sexualizadas, a variedade de modalidades discutidas, a indicação de raça e classe social ao descrever as personagens e a ausência do tema orientação sexual.

É interessante observar que se tentava legitimar, naturalizar e normalizar a ocupação de espaços por mulheres no esporte, a exemplo das análises envolvendo os desafios enfrentados por elas, a menção à visibilidade das atletas e a constante referência aos salários, mas também estavam presentes menções aos temas que remetem a padrões de feminilidade, como o casamento, os filhos, as roupas escolhidas pelas mulheres, o fato

de usarem ou não maquiagem, a aparência e o corpo das atletas. Muitas vezes, isso acontecia no esforço de desconstruir ideias, como na escolha de Conceição Geremias pelo esporte em vez do marido ou de Charlotte ter opiniões sobre sexo antes do casamento e rejeitar o sutiã. Mas é preciso pontuar a tensão presente na tentativa de entender e tratar essa “nova pauta” que era a mulher no esporte. Por fim, ressaltamos que a presente análise não esgotou todas as observações possíveis sobre as reportagens ou a respeito da relação entre a imprensa feminista e o esporte, mas buscou contribuir para essa discussão.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BRASIL MULHER. **Amor**, São Paulo, nº. 9, p. 15, 1977.
- BUITONI, Dulcília Helena. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Stuart Hall e feminismo: revisitando relações. **MATRIZES**, v. 10, n. 3, p. 61-76, 2016.
- FIRMINO, Carolina Bortoleto. **Gênero e posicionamento no esporte: a noticiabilidade no jornalismo esportivo feminista do Dibradoras**. 2021. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/215276>>.
- FREITAS, Viviane Gonçalves. **Feminismos na imprensa alternativa brasileira**: quatro décadas de lutas por direitos. Jundiaí: Paco, 2018.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. **Mulheres e futebol no Brasil**: entre sombras e visibilidades. In: Revista brasileira de Educação Física Esp., São Paulo, v.19, n.2, p.143- 51, abr./jun. 2005.
- MOURÃO, Ludmila; MOUREL, Marcia. As narrativas sobre o futebol feminino: o discurso da mídia impressa em campo. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005.
- MÜHLEN, Johanna Coelho Von; GOELLNER, Silvana Vilodre. Jogos de gênero em Pequim 2008: representações de feminilidades e masculinidades (re)produzidas pelo site Terra. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 1, p. 165-184, 2012.
- NÓS MULHERES. **Editorial**, São Paulo, nº 1, Junho, 1976.
- NÓS MULHERES. **Mulher na boca do gol**, São Paulo, nº 4, Março/Abril, 1977.
- NÓS MULHERES. **“Isto é coisa de menina”**, São Paulo, nº 4, Agosto/Setembro, 1977.
- PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.